

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO 2011

CADERNO DE QUESTÕES

NÍVEL MÉDIO - TÉCNICO

***Área Notificações
e Atos intimatórios***



GABARITO

D

REALIZAÇÃO:



UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA



Fundação Universitária
José Bonifácio

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

“O Brasil tem mil dias, a partir de hoje, para corrigir problemas em inúmeras áreas e poder encantar o mundo na Copa 2014. Se 52 obras de infraestrutura das 81 previstas nem começaram, no caso da legislação é pior: o projeto com as garantias para a Fifa nem foi enviado ao Congresso. Os estádios avançam, mas a seleção de Mano Menezes...”

(O Globo, 16-09-2011)

01. “O Brasil **TEM** mil dias...”; no português moderno é comum o emprego do verbo *ter* em lugar de muitos outros, de valor mais específico. Nesse segmento do texto, a forma verbal adequada ao sentido que poderia substituir a forma destacada é:
- A) precisa de;
B) carece de;
C) necessita de;
D) dispõe de;
E) prepara-se para.
02. As reticências ao final do texto têm a função de:
- A) omitir informações que não são pertinentes;
B) reduzir o espaço gráfico ocupado pela notícia;
C) evitar problemas com críticas sem fundamento;
D) dar espaço à imaginação do leitor;
E) reforçar as críticas realizadas no texto.
03. “Os estádios avançam, mas a seleção de Mano Menezes...”; o conectivo *mas*, nesse segmento do texto, tem valor de:
- A) concessão;
B) explicação;
C) conclusão;
D) comparação;
E) oposição.
04. O texto acima engloba um conjunto de críticas; todas elas, porém, partem de um ponto, que é o da:
- A) premência do tempo, pois faltam somente mil dias para a Copa;
B) falta de vontade política, que deixa muitas coisas por fazer;
C) carência de verbas para a realização das obras;
D) ausência de uma liderança capaz de aglutinar esforços;
E) incapacidade técnica da seleção brasileira.
05. “O Brasil tem mil dias, a partir de **HOJE**...”; para sabermos a que dia se refere o termo destacado, é indispensável que tenhamos conhecimento da data de publicação do jornal. Assim, muitos termos que empregamos têm sua significação dependente de valores externos. Assinale a alternativa em que o termo destacado é exemplo desse caso:
- A) **NO ANO QUE VEM** a seleção estará bem melhor;
B) Mano Menezes é o treinador **QUE** dirige a seleção;
C) Em 2014 haverá a Copa. **NESSA ANO** tudo deve estar pronto;
D) O **RIO DE JANEIRO** também vai ter jogos da Copa;
E) O jornal **CARIOCA** publicou críticas à seleção brasileira.

06. “O Brasil tem mil dias, a partir de hoje, para **CORRIGIR** problemas em inúmeras áreas e **PODER ENCANTAR** o mundo na Copa 2014”. Se transformarmos as formas verbais destacadas em formas nominais, teremos como frase adequada:
- A) O Brasil tem mil dias, a partir de hoje, para a corretagem de problemas em inúmeras áreas e a possibilidade de encantar o mundo na Copa 2014.
B) O Brasil tem mil dias, a partir de hoje, para a correção de problemas em inúmeras áreas e a possibilidade de encantamento do mundo na Copa 2014.
C) O Brasil tem mil dias, a partir de hoje, para a correção de problemas em inúmeras áreas e o poder de encantamento do mundo na Copa 2014.
D) O Brasil tem mil dias, a partir de hoje, para o corrigir problemas em inúmeras áreas e o poder encantar o mundo na Copa 2014.
E) O Brasil tem mil dias, a partir de hoje, para o corretor de problemas em inúmeras áreas e poder encantador do mundo na Copa 2014.
07. “o projeto com as garantias para a Fifa nem foi enviado ao Congresso”; a forma adequada dessa mesma frase na voz ativa é:
- A) o Congresso ainda não enviou o projeto com as garantias para a Fifa;
B) não se enviou ao Congresso o projeto com as garantias para a Fifa;
C) não enviaram ao Congresso o projeto com as garantias para a Fifa;
D) o Congresso ainda não enviou para a Fifa o projeto com as garantias;
E) o projeto com as garantias, ainda não se o enviou para a Fifa.

TEXTO 2

“INVESTIMENTOS EM ESTRADAS ATRASAM E ACIDENTES TRIPLICAM”

Empresas responsáveis por estradas federais privatizadas na segunda etapa do Programa de Concessões Rodoviárias estão atrasando os investimentos previstos em contrato com o Governo federal. Enquanto isso, os acidentes triplicaram: nos sete trechos privatizados, subiram de 9.961 em 2008 para 28.947 em 2009, um crescimento de 190%. As principais obras deveriam ocorrer nos três primeiros anos da cobrança de pedágios (2007-2009) – que estão sendo reajustados sem atraso. Nos sete trechos, o investimento está abaixo dos 30%; em quatro, abaixo de 10% do previsto. A Agência Nacional de Transportes Terrestres, que deveria regular o setor, acaba agindo com resoluções que retardam os investimentos. No trecho da BR-101 do Rio ao Espírito Santo, há obras paradas e uma passarela de pedestres que para no ar.”

(O Globo, 18-09-2011)

08. “Enquanto isso, os acidentes triplicaram: nos sete trechos privatizados, subiram de 9.961 em 2008 para 28.947 em 2009, um crescimento de 190%”. Para que esse argumento seja considerado de forma justa, é necessário saber-se também:
- A) quantas pessoas morreram nos acidentes;
B) quantos acidentes ocorreram em horário noturno;
C) quantos acidentes envolviam carros importados;
D) quantas vítimas desses acidentes eram pedestres;
E) quanto foi o aumento de carros nesse mesmo período.

09. “No trecho da BR-101 do Rio ao Espírito Santo, há obras paradas e uma passarela de pedestres que para no ar”; esse segmento final do texto funciona como:
- A) justificativa do que é afirmado;
 - B) uma explicação para maior clareza;
 - C) um exemplo do que é criticado;
 - D) uma comprovação de algo bem feito;
 - E) um caso de má conduta do Governo.
10. “As principais obras deveriam ocorrer nos três primeiros anos da cobrança de pedágios (2007-2009) – que estão sendo reajustados sem atraso”; deduz-se desse segmento do texto que:
- A) as obras estão ocorrendo dentro do prazo previsto;
 - B) os pedágios não foram cobrados nos três primeiros anos de contrato;
 - C) a parte governamental do acordo está sendo cumprida;
 - D) os pedágios não sofrem aumento há muito tempo;
 - E) a população está sendo beneficiada pela falta de pedágios.
11. A forma de reescrever-se a frase “As principais obras deveriam ocorrer nos três primeiros anos da cobrança de pedágios” que altera o seu significado original é:
- A) As principais obras de cobrança de pedágios deveriam ocorrer nos três primeiros anos;
 - B) Nos três primeiros anos da cobrança de pedágios deveriam ocorrer as principais obras;
 - C) Nos três primeiros anos da cobrança de pedágios as principais obras deveriam ocorrer;
 - D) Durante os três primeiros anos da cobrança de pedágios, as principais obras deveriam ocorrer;
 - E) Deveriam ocorrer as principais obras nos três primeiros anos da cobrança de pedágios.
12. Observando-se a manchete e o corpo do texto, verifica-se que entre as duas orações que a compõem, há uma relação de:
- A) causa e consequência;
 - B) simultaneidade temporal;
 - C) afirmação e explicação;
 - D) independência semântica;
 - E) oposição de ideias.
13. O texto funciona principalmente como:
- A) um alerta para a população;
 - B) uma denúncia contra empresas;
 - C) uma informação para o Governo;
 - D) uma crítica contra os pedágios;
 - E) um elogio à privatização de estradas.
14. “Uma passarela de pedestres que para no ar”; na composição vocabular desse segmento ocorre uma demonstração de:
- A) falta de segurança para a população;
 - B) incompetência técnica de construtores;
 - C) ausência de critérios na compra de material;
 - D) inutilidade pela falta de continuidade;
 - E) desonestidade pela má aplicação de verbas públicas.

TEXTO 3

A TOQUE DE CAIXA

A conhecida expressão significa pressa, ação imediata. Vem de Portugal, onde a tradição mandava que as pessoas indesejáveis fossem expulsas de segmentos da sociedade em cerimônias de humilhação pública, sempre a toque de caixa, ou seja, dos tambores.

Elas ocorrem ainda hoje, sobretudo em quartéis. Aquele que denegriu a imagem da corporação é colocado diante da tropa, despido do seu uniforme e escuta o libelo – a proclamação oficial que justifica e determina a expulsão.

Tudo executado solenemente enquanto ruflam os tambores. (...) Como seria bom que no Brasil tantos picaretas e notórios ladrões públicos e privados fossem punidos diante de toda a nação, e a toque de caixa! Profilaxia urgente, eis o que reclamam os impacientes e os indignados – nós outros, repletos de razão...

(O pulo do gato 2, Márcio Cotrim)

15. Por tratar-se de um livro descompromissado com a erudição, o autor emprega algumas vezes a linguagem coloquial. A alternativa que exemplifica esse tipo de variação de linguagem é:
- A) “Elas ocorrem ainda hoje, sobretudo em quartéis.”
 - B) “Aquele que denegriu a imagem da corporação é colocado diante da tropa, despido do seu uniforme e escuta o libelo – a proclamação oficial que justifica e determina a expulsão.”
 - C) “Tudo executado solenemente enquanto ruflam os tambores.”
 - D) “Como seria bom que no Brasil tantos picaretas e notórios ladrões públicos e privados fossem punidos diante de toda a nação, e a toque de caixa!”
 - E) “Profilaxia urgente, eis o que reclamam os impacientes e os indignados – nós outros, repletos de razão...”
16. A expressão “Como seria bom...”, no último parágrafo do texto, indica:
- A) desejo;
 - B) crítica;
 - C) certeza;
 - D) dúvida;
 - E) opinião.
17. Observe os fragmentos do texto abaixo numerados:
- I. Vem de Portugal, onde a tradição mandava que as pessoas indesejáveis fossem expulsas de segmentos da sociedade em cerimônias de humilhação pública.
 - II. A conhecida expressão significa pressa, ação imediata., sempre a toque de caixa, ou seja, dos tambores.
 - III. Aquele que denegriu a imagem da corporação é colocado diante da tropa, despido do seu uniforme e escuta o libelo – a proclamação oficial que justifica e determina a expulsão.
 - IV. Como seria bom que no Brasil tantos picaretas e notórios ladrões públicos e privados fossem punidos diante de toda a nação, e a toque de caixa!
- Os segmentos que apresentam exemplos de voz passiva são:
- A) I, II, III e IV;
 - B) apenas I, II e III;
 - C) apenas I, II e IV;
 - D) apenas II, III e IV;
 - E) apenas I, III e IV.

18. Em algumas passagens do texto, o autor se preocupa em explicar alguns vocábulos ou expressões, ora dando esclarecimentos semânticos, ora fornecendo sinônimos. Assinale a alternativa em que isso NÃO ocorre:
- A) “A conhecida expressão significa pressa, ação imediata”.
- B) “...sempre a toque de caixa, ou seja, ao som dos tambores”.
- C) “Elas ocorrem ainda hoje, sobretudo em quartéis”.
- D) “...escuta o libelo – a proclamação oficial”.
- E) “...que reclamam os impacientes e os indignados – nós outros”.
19. Ocorrem também no texto alguns vocábulos de menor presença no cotidiano da língua; assinale a alternativa em que a explicação do termo destacado está ERRADA:
- A) “Aquele que **DENEGRIU** a imagem da corporação...” = manchou;
- B) “...e escuta o **LIBELO**” = decisão;
- C) “...enquanto **RUFLAM** os tambores.” = produzem barulho;
- D) “...e **NOTÓRIOS** ladrões públicos...” = conhecidos;
- E) “**PROFILAXIA** urgente...” = tratamento preventivo.
20. O livro de onde foi retirada a explicação da expressão “a toque de caixa” contém inúmeras outras explicações do mesmo tipo e se intitula “o pulo do gato”. O título dado ao livro se justifica porque essa expressão:
- A) designa todo e qualquer ato fácil de ser realizado;
- B) indica a presença de uma autoridade no assunto;
- C) mostra o gato como símbolo da esperteza;
- D) se refere a ações especiais que superam dificuldades;
- E) se relaciona a todas as expressões populares.
21. Alguns adjetivos expressam características do termo por eles determinado; já outros indicam qualidades desse termo. A alternativa abaixo em que o adjetivo mostra uma opinião de quem escreve é:
- A) conhecida expressão;
- B) pessoas indesejáveis;
- C) ação imediata;
- D) humilhação pública;
- E) proclamação oficial.
22. Os parênteses colocados no terceiro parágrafo do texto indicam que:
- A) o texto foi traduzido de outro idioma;
- B) o autor do texto retirou daí palavras inconvenientes;
- C) o texto sofreu censura prévia;
- D) o autor não conseguiu entender parte do original;
- E) parte do original do texto foi retirada.
23. Assinale a alternativa em que o termo destacado NÃO funciona como adjetivo:
- A) “Vem **DE PORTUGAL...**”;
- B) “segmentos **DA SOCIEDADE**”;
- C) “som **DOS TAMBORES**”;
- D) “imagem **DA CORPORAÇÃO**”;
- E) “toque **DE CAIXA**”.

TEXTO 4

O BARRIL E A ESMOLA

Zombavam de Diógenes. Além de morar num barril, volta e meia era visto pedindo esmolas às estátuas. Cegas por serem estátuas, eram duplamente cegas porque não tinham olhos – uma das características da estatuária grega.

Perguntaram a Diógenes por que pedia esmolas a estátuas inanimadas, de olhos vazios. Ele respondia que estava se habituando à recusa. Pedindo a quem não o via nem o sentia, ele nem ficava aborrecido pelo fato de não ser atendido.

É mais ou menos uma imagem que pode ser usada para definir as relações entre a sociedade e o poder. Tal como as estátuas gregas, o poder tem os olhos vazados, só olha para dentro de si mesmo, de seus interesses de continuidade e de mais poder.

A sociedade, em linhas gerais, não chega a morar num barril. Uma pequena minoria mora em coisa mais substancial. A maioria mora em espaços um pouco maiores do que um barril. E há gente que nem consegue um barril para morar, fica mesmo embaixo da ponte ou por cima das calçadas.

Morando em coisa melhor, igual ou pior do que um barril, a sociedade tem necessidade de pedir não exatamente esmolas ao poder, mas medidas de segurança, emprego, saúde e educação. Dispõe de vários canais para isso, mas, na etapa final, todos se reúnem numa estátua fria, de olhos que nem estão fechados; estão vazios, (...)

(Carlos Heitor Cony, *Folha de São Paulo*, 5 jan. 2000)

24. “Perguntaram a Diógenes por **QUE PEDIA** esmola às estátuas inanimadas...”; sobre a grafia do vocábulo destacado, podemos dizer que é:
- A) errada porque não se trata de uma pergunta;
- B) correta porque corresponde à preposição **POR** + pronome relativo **QUE**;
- C) errada porque se trata de uma conjunção explicativa;
- D) correta porque se trata de uma pergunta indireta;
- E) errada porque se trata de um substantivo.
25. “Zombavam de Diógenes.” A ação de zombar do filósofo grego Diógenes é atribuída:
- A) a todos os leitores da crônica de Carlos Heitor Cony;
- B) de forma indeterminada, a todos os seus discípulos;
- C) aos cidadãos gregos que não entendiam a sua mensagem;
- D) aos filósofos contemporâneos de Diógenes;
- E) aos cidadãos em geral que são desprezados pelo Estado.
26. “Pedindo a quem não o via nem o sentia, ele nem ficava aborrecido pelo fato de não ser atendido”; se, em lugar do pronome ele, tivéssemos a forma plural eles, a frase deveria ser reescrita do seguinte modo:
- A) Pedindo a quem não o viam nem o sentiam, eles nem ficavam aborrecidos pelo fato de não serem atendidos.
- B) Pedindo a quem não os via nem os sentia, eles nem ficavam aborrecidos pelo fato de não serem atendidos.
- C) Pedindo a quem não os viam nem os sentiam, eles nem ficavam aborrecidos pelo fato de não serem atendidos.
- D) Pedindo a quem não os via nem os sentia, ele nem ficava aborrecidos pelo fato de não ser atendidos.
- E) Pedindo a quem não os viam nem os sentiam, eles nem ficavam aborrecidos pelo fato de não ser atendido.

27. Ao dizer, no final da crônica, que os olhos do poder “nem estão fechados; estão vazios”, o autor quer destacar uma característica do poder:
- A) a autoconfiança;
 - B) a injustiça;
 - C) o egoísmo;
 - D) o despreparo;
 - E) a indiferença.
28. O principal objetivo do texto é:
- A) ensinar aos leitores um pouco de filosofia grega;
 - B) divulgar ensinamentos do filósofo Diógenes;
 - C) mostrar elementos favoráveis a nosso progresso moral;
 - D) incentivar a cidadania entre os excluídos;
 - E) criticar a insensibilidade do poder diante dos problemas sociais.
29. Entre os itens abordados na crônica de Cony, há um aspecto relativo às dificuldades da nossa população que é mais especificamente abordado:
- A) a insegurança das ruas;
 - B) a educação deficiente;
 - C) os problemas de moradia;
 - D) a falta de emprego;
 - E) a inconsciência dos cidadãos.
30. A expressão “volta e meia”, empregada em “volta e meia era visto pedindo esmolas” equivale a:
- A) raramente;
 - B) uma vez ou outra;
 - C) frequentemente;
 - D) inesperadamente;
 - E) estranhamente.
31. “É mais ou menos uma imagem que pode ser usada para definir as relações entre a sociedade e o poder”; esse segmento inicial do terceiro parágrafo introduz uma ideia de:
- A) explicação;
 - B) comparação;
 - C) adversidade;
 - D) causa;
 - E) finalidade.
32. O autor do texto fala que as estátuas eram duplamente cegas, isso porque:
- A) não viam e nem sentiam a mensagem do filósofo Diógenes;
 - B) ouviam o pedido de esmolas e não atendiam;
 - C) tinham os olhos vazados e menosprezavam a população carente;
 - D) não possuíam olhos esculpidos e eram feitas de pedra;
 - E) não olhavam para o filósofo nem escutavam o que pedia.
33. O episódio que envolve a vida de Diógenes está presente no texto para:
- A) servir de ponte para um comentário sobre a vida social;
 - B) mostrar um exemplo de vida aos leitores;
 - C) indicar qual deveria ser a posição dos políticos honestos;
 - D) demonstrar que a corrupção é hábito antigo;
 - E) criticar a inutilidade da vida sem objetivos.
34. Assinale a alternativa em que o valor semântico do conectivo destacado está corretamente indicado:
- A) “Cegas **POR** serem estátuas...” – meio ou instrumento.
 - B) “...**PORQUE** não tinham olhos” – conclusão.
 - C) “...relações **ENTRE** a sociedade e o poder” – lugar.
 - D) “...de continuidade **E** de mais poder” – alternância.
 - E) “Dispõe de vários canais **PARA** isso...” – finalidade.
35. Retomando a imagem do texto, a esmola significa aproximadamente:
- A) os serviços prestados pelo Estado;
 - B) os bens que só a maioria possui;
 - C) a conquista da casa própria;
 - D) as posições privilegiadas na sociedade;
 - E) os impostos pagos pelo corpo social.

INFORMÁTICA

36. Observe a figura abaixo, que mostra um texto do site do Ministério Público, cujo endereço é http://www.mp.rj.gov.br/portal/page/portal/Internet/Conheca_MP/Historia.

O que é o Ministério Público?

O Ministério Público, consoante o art. 127, caput, da Constituição Federal, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. É configurado, no Brasil, como instituição autônoma e independente, que não está subordinada aos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, o que lhe garante condições de fiscalizar de forma mais efetiva o cumprimento da lei. A finalidade de sua existência, como diz o próprio texto constitucional, é a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, isto é, a função de defesa da sociedade no regime democrático instituído pela Constituição de 1988, tendo sua atuação comprometida com a defesa da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

As atribuições do Ministério Público e sua importância social

Além da relevante atribuição de ajuizar a ação penal pública, também compete ao Ministério Público Brasileiro, dentre outras tarefas de indiscutível benefício para a coletividade, (1) exigir dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública o respeito aos direitos elencados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, (2) proteger os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, dentre os quais se sobressai a defesa do meio ambiente, do consumidor e do patrimônio público, (3) proteger os direitos dos idosos, dos portadores de necessidades especiais e das crianças e dos adolescentes e (4) exercer o controle externo da atividade policial.

Para imprimir exclusivamente o trecho referente às atribuições do Ministério Público e sua importância social, um internauta deve selecioná-lo e executar o atalho de teclado Ctrl + P, o que fará com que seja mostrada uma janela na tela. Nessa janela, com a impressora configurada, ele deve executar o seguinte procedimento:

- A) marcar o botão Tudo e clicar em ;
- B) marcar o botão Seleção e clicar em ;
- C) marcar o botão Tudo e clicar em ;
- D) marcar o botão Seleção e clicar em ;
- E) marcar o botão Páginas: e clicar em .

37. Observe a planilha abaixo no Excel 2007 BR, com destaque para os gráficos gerados por meio do caminho Inserir – Gráfico.

#	DESCRIÇÃO	QTDE EXISTENTE	QTDE MÍNIMA	SITUAÇÃO
1	Micro Intel i7	20	20	Atenção!
2	Imp Multifuncional	5	3	OK!
3	Pendrive 8 GB	25	30	Repor!
4	HD SATA 1TB	8	8	Atenção!

GRÁFICO 1

GRÁFICO 2

Os gráficos 1 e 2 são, respectivamente, dos seguintes tipos:

- A) colunas e pizza;
- B) barras e rosca;
- C) colunas e área;
- D) barras e pizza;
- E) colunas e rosca.

38. Observe a planilha MPMATERIAL abaixo, criada no Excel 2007 BR.

#	PROJETO	QTDE	VR	PREÇO
1	SOL&MAR	17	RS 1.000,00	RS 17.000,00
2	NATAL	13		RS 13.000,00
3	ESPERANÇA	24		RS 24.000,00
4	BLU-RAY	33		RS 33.000,00
TOTAL				RS 87.000,00

Nela foram executados os procedimentos a seguir.

- I. O conteúdo de F5 foi obtido por meio da multiplicação entre a quantidade em D5 e o valor de referência em E5, utilizando o conceito de referência absoluta.
- II. A partir de F5 e por meio dos comandos de copiar e colar, foram inseridas as expressões de F6, F7 e F8.
- III. A expressão inserida em F9 é resultado do acionamento do ícone sobre as células de F5 a F8.

As expressões inseridas em F6 e F9 são, respectivamente:

- A) =MULT(D6;\$E\$5) e =SOMA(F5;F8)
- B) =MULT(D6;%E%5) e =SOMA(F5;F8)
- C) =MULT(D6;\$E\$5) e =SOMA(F5;F8)
- D) =MULT(D6;#E#5) e =SOMA(F5;F8)
- E) =MULT(D6;%E%5) e =SOMA(F5;F8)

39. Um usuário do Word 2007 BR está digitando um texto, tendo executado os procedimentos listados a seguir.

- selecionou a citação Ministério Público e clicou em um ícone, que converte em maiúsculas ou minúsculas.
- no quarto parágrafo, executou um segundo atalho de teclado Ctrl + = que aplica subscripto a uma seleção.

O atalho de teclado e o ícone são, respectivamente:

- A)  e 
- B)  e 
- C)  e 
- D)  e 
- E)  e 

40. Observe o texto abaixo, digitado no Word 2007 BR.

Em Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, o Juízo da 1ª Vara Cível de Nova Friburgo determinou, nesta quinta-feira (08/09), a imediata implementação de plano de contingência e alerta adequado e eficaz nas áreas de risco da cidade da Região Serrana. A ACP foi ajuizada em face do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Nova Friburgo porque as Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva entenderam que as obras de contenção de encostas feitas até o momento não eram suficientes e poderiam causar nova tragédia, como a de janeiro deste ano.

A Justiça deferiu integralmente os pedidos liminares (imediatos) requeridos pelo MPRJ. De acordo com a decisão, o Estado deverá instalar, até 30 de novembro, sistema de alerta preventivo de chuvas fortes e sirenes em número suficiente para atender as áreas identificadas com população superior a 50 habitantes. Nas demais áreas, deverá ser adotado outro método de alerta (carro de som, alerta por torpedo e celulares para líderes comunitários). Ao Município, caberá operacionalizar o sistema, garantindo o funcionamento ininterrupto, e acionar o alerta sempre que necessário.

Considere os recursos utilizados no texto:

- aos dois parágrafos que destacam as letras E e A;
- um tipo de alinhamento;
- dois estilos de grafia aplicados à citação Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Nessa ordem, os recursos aplicados ao texto são, respectivamente:

- A) realçar, distribuído e negrito/itálico;
- B) realçar, justificado e sombreado/itálico;
- C) mesclar, distribuído e sombreado/gótico;
- D) capitular, centralizado e normal/gótico;
- E) capitular, justificado e negrito/itálico.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

41. Sobre os “Direitos, Deveres e Vedações” aplicáveis aos servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- A) a jornada semanal de trabalho corresponde ao total de 44 (quarenta e quatro) horas;
- B) poderá ser afastado do exercício do cargo, sem prejuízo da percepção da remuneração e vantagens, o servidor eleito para a Diretoria da Associação de Classe dos Servidores do Ministério Público;
- C) o primo de um membro do Ministério Público poderá ser nomeado para exercer cargo de provimento em comissão;
- D) o servidor será civilmente responsável de acordo com os mesmos parâmetros dos membros do Ministério Público;
- E) ao descumprir seus deveres com caracterização de dolo ou má fé, será aplicada ao servidor a pena de destituição de função.

42. Com relação às atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça, é correto afirmar que:

- A) cabe-lhe solicitar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público;
- B) cabe-lhe expedir recomendações de natureza vinculante aos membros da Instituição;
- C) cabe-lhe deliberar sobre promoção de arquivamento do inquérito civil público;
- D) atua exclusivamente exercendo atribuições de natureza administrativa;
- E) cabe-lhe deliberar, por iniciativa de um quarto de seus integrantes ou do Procurador-Geral de Justiça, sobre o ajuizamento de ação cível para a perda do cargo de membro da Instituição em estágio probatório.

43. Quanto à prescrição do direito ao recebimento de pensão por morte, é correto afirmar que:

- A) ocorre a prescrição decorridos 02 (dois) anos da data do óbito, independentemente da data do requerimento;
- B) as prestações não reclamadas prescrevem no prazo de 05 (cinco) anos a partir da data em que forem devidas, todavia o direito ao recebimento é imprescritível;
- C) o direito ao recebimento, bem como as prestações não reclamadas, são atingidos pela prescrição no prazo de 02 (dois) anos;
- D) as prestações não reclamadas, assim como o direito ao recebimento, são imprescritíveis;
- E) decorridos 05 (cinco) anos do óbito, falece o direito por força da prescrição.

44. Insere-se nas atribuições do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro:
- propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federais, desde que em pleno contraste com os interesses da Instituição;
 - interpor recursos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça;
 - propor ação civil pública para responsabilizar os causadores de danos aos interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis e homogêneos, além da tutela judicial dos interesses da Fazenda Pública;
 - promover a ação civil pública para efeito de intervenção da União nos Estados e Municípios;
 - exercer primordialmente a defesa dos interesses dos hipossuficientes.
45. Representa atribuição do Conselho Superior do Ministério Público na qualidade de órgão de execução:
- rever, mediante requerimento de legítimo interessado, decisão de arquivamento de Inquérito Policial ou peças de informação determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária;
 - deliberar sobre a propositura de ação direta de inconstitucionalidade;
 - rever o arquivamento do inquérito civil, na forma da lei;
 - decidir os recursos interpostos contra ato de indeferimento de inscrição no concurso para ingresso na carreira;
 - fiscalizar a aplicação de verbas públicas destinadas às instituições assistenciais e educacionais.
46. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, é correto afirmar que:
- são membros natos do Conselho Superior do Ministério Público o Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público e o Secretário-Geral do Ministério Público;
 - a Corregedoria-Geral do Ministério Público, além de integrar a Administração Superior, exerce, eventualmente, atividade finalística institucional;
 - os Procuradores de Justiça, na forma da lei, exercem função de natureza correccional sobre o trabalho desenvolvido pelos Promotores de Justiça;
 - compete ao Colégio de Procuradores de Justiça, na qualidade de Órgão da Administração Superior, rever o arquivamento de inquérito civil, na forma da lei;
 - a fiscalização dos estabelecimentos prisionais classifica-se como atividade típica de atribuição dos órgãos auxiliares das Promotorias de Justiça.
47. É atribuição privativa do Ministério Público:
- exercer atividade investigativa no âmbito criminal;
 - propor ação civil pública na qualidade de representante da sociedade;
 - promover a ação penal pública, na forma da lei;
 - realizar o controle externo das atividades desenvolvidas pela Administração Pública, velando pelo patrimônio público e pela moralidade administrativa;
 - exercer a defesa dos direitos do cidadão assegurados nas Constituições Federal e Estadual.
48. Ao se acomodar em seu lugar para a realização de audiência em processo criminal, Jair, Promotor de Justiça, vê-se surpreendido com a conduta do Magistrado que preside o ato, ao determinar que o membro do Ministério Público tome assento no mesmo plano do advogado, com fundamento na isonomia entre as partes.
- Analise as afirmativas a seguir, sob a ótica da narrativa acima:
- Jair tem o dever funcional de zelar por suas prerrogativas, razão pela qual não deve participar do ato, caso insista o Magistrado em seu posicionamento.
 - Jair, face à independência funcional, pode renunciar à prerrogativa de sentar-se ao lado direito do Magistrado, caso adote o mesmo entendimento pessoal deste quanto ao cenário da sala de audiências.
 - Jair não deve se curvar à determinação do Magistrado, não obstante possa ser preso em flagrante pela prática em razão de sua resistência.
 - Jair, ciente do posicionamento do Magistrado e dele discordando, poderá impetrar mandado de segurança para garantir o exercício da prerrogativa inerente ao cargo que ocupa quando da realização das próximas audiências.
- Estão corretas somente as afirmativas:
- I, II e III;
 - I, III e IV;
 - II, III e IV;
 - I e IV;
 - II e IV.
49. NÃO se trata de atribuição do membro do Ministério Público:
- a defesa dos direitos de significativa parcela da sociedade violados por dano ambiental;
 - a defesa dos direitos de consumidores lesados pela venda fraudulenta de produtos por meio de sítio destinado ao comércio eletrônico através da rede internacional de computadores;
 - a fiscalização acerca da legalidade quanto aos procedimentos adotados pelas Delegacia de Polícia;
 - a defesa dos interesses da Fazenda Pública nas demandas judiciais envolvendo o interesse de incapazes;
 - a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas.

50. Sobre o Conselho Nacional do Ministério Público, é correto afirmar que:
- A) incumbe-lhe controlar a gestão administrativa e financeira do Ministério Público, além do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros;
 - B) tem composição multifacetária, com representantes de diferentes carreiras jurídicas, todos presididos por um Ministro do Supremo Tribunal Federal;
 - C) seus representantes são escolhidos e nomeados por ato exclusivo do Presidente da República, para um mandato de dois anos, autorizadas, no máximo, duas reconduções;
 - D) dentre suas atribuições, destaca-se o controle da atividade finalística exercida pelos membros do Ministério Público, através da Corregedoria Nacional;
 - E) é um órgão que integra a estrutura administrativa do Ministério Público Nacional.
51. Sobre o Regime Jurídico Próprio e Único da Previdência Social dos Membros do Ministério Público, é correto afirmar que:
- A) os recursos destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários aos membros do Ministério Público integram o orçamento próprio da Instituição;
 - B) ao membro do Ministério Público, ativo ou inativo, é deferida a escolha acerca da condição de segurado;
 - C) para a determinação da base de cálculo dos provimentos de aposentadoria, considera-se o subsídio do cargo efetivo, acrescido dos adicionais de caráter individual, tais como o salário-família;
 - D) no caso de morte presumida do segurado, com seu posterior reaparecimento, ficam desobrigados os beneficiários quanto à devolução da eventual pensão provisória recebida;
 - E) para fins de pensão por morte, a dependência econômica com relação ao segurado, no caso do beneficiário irmão acometido de invalidez, tem natureza presumida.
52. Quanto às vedações impostas aos membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:
- A) não poderá exercer atividade empresarial na qualidade de sócio quotista;
 - B) poderá portar arma de fogo, mediante expedição da respectiva autorização pela Polícia Federal;
 - C) não poderá, via de regra, exercer a advocacia;
 - D) poderá perceber, na forma da lei, compensação financeira, através de honorários, valorados por índices de alta produtividade no exercício das funções;
 - E) não poderá se ausentar do País sem autorização do Procurador-Geral de Justiça, mesmo encontrando-se de férias.
53. Sobre as garantias e prerrogativas outorgadas aos membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:
- A) a vitaliciedade é adquirida após 02 (dois) anos de efetivo exercício, computando-se, inclusive, neste prazo, o tempo de eventual gozo de férias;
 - B) a sanção disciplinar de remoção compulsória constitui-se em exceção à garantia de inamovibilidade;
 - C) decorre da irredutibilidade de vencimentos o reajuste anual automático dos subsídios dos membros do Ministério Público, em índice correspondente à correção monetária pelo mesmo período;
 - D) a extinção do órgão de execução, necessariamente, importará na remoção do membro do Ministério Público para o primeiro órgão vago, independentemente de sua classe;
 - E) cabe ao Conselho Superior do Ministério Público deliberar pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, desde que presente o interesse público, no sentido de afastar a inamovibilidade do membro do *Parquet*.
54. NÃO se trata de prerrogativa outorgada aos membros do Ministério Público no exercício de suas funções:
- A) ter acesso ao indiciado preso, a qualquer momento, mesmo quando decretada a sua incomunicabilidade;
 - B) usar vestes talares e as insígnias privativas dos membros do Ministério Público;
 - C) gozar de autonomia administrativa e funcional;
 - D) manifestar-se de acordo com seu livre convencimento, de forma fundamentada e dentro dos limites da lei;
 - E) ingressar em qualquer recinto público ou privado, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade do domicílio.
55. No que tange aos Órgãos e Serviços Auxiliares do Ministério Público, é correto afirmar que:
- A) os Centros de Apoio Operacional são órgãos auxiliares da atividade administrativa desenvolvida no âmbito do Ministério Público;
 - B) a Comissão de Concurso, órgão auxiliar da Procuradoria-Geral de Justiça de natureza permanente, é presidida pelo Procurador de Justiça mais antigo da classe;
 - C) incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público administrar o processo de admissão dos estagiários, mediante concurso público, bem como acompanhar-lhes o desempenho e o aproveitamento;
 - D) em situação de caráter excepcional, os Centros do Apoio Operacional exercem atividade finalística institucional;
 - E) compete ao Centro de Estudos Jurídicos fornecer aos Órgãos da Administração Superior as informações necessárias acerca do aproveitamento técnico dos Promotores de Justiça em suas respectivas áreas de atuação.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

56. Acerca dos princípios constitucionais da Administração Pública, é correto afirmar que:
- A) o princípio da legalidade estabelece que o administrador possa fazer tudo o que a lei não proíba;
- B) o princípio da moralidade administrativa não alarga o espectro de controle decorrente do princípio da legalidade, dele sendo decorrência necessária;
- C) o princípio da publicidade só pode ser afastado pelo direito à intimidade, como nos casos de direito de família;
- D) o princípio da impessoalidade prevê que as funções administrativas devem ser executadas por qualquer cidadão, sem limitações de ordem pessoal;
- E) o princípio da eficiência se relaciona com a busca da qualidade na atividade pública e na prestação dos serviços públicos.
57. A CRFB/88 previu a existência de algumas ações judiciais, delineando suas hipóteses de cabimento e legitimidade entre linhas gerais. Acerca das ações judiciais que contam com previsão constitucional, analise as afirmativas a seguir:
- I. O *habeas corpus* deve ser impetrado por advogado inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.
- II. O *habeas data* não tem eficácia mandamental e não pode pretender a mera retificação de dados.
- III. Compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal o processo e julgamento do mandado de injunção.
- IV. A arguição de descumprimento de preceito fundamental será julgada pelo Supremo Tribunal Federal.
- Pode-se concluir que:
- A) apenas I está correta;
- B) apenas II está correta;
- C) apenas III está correta;
- D) apenas IV está correta;
- E) nenhuma está correta.
58. Entende-se por “*direito líquido e certo*”, expressão utilizada pela CRFB/88 para estatuir o cabimento de um dos remédios constitucionais que prevê entre suas declarações de direitos e garantias fundamentais, aquele:
- A) no qual tanto o pedido quanto a quantidade pedida vêm expressos desde a exordial;
- B) determinado acerca do que se pede e mensurável por mero cálculo aritmético;
- C) cuja prova já se apresenta pré-constituída, produzida desde o oferecimento da petição inicial;
- D) cuja comprovação vem indicada desde o aforamento da demanda, não comportando emendas quando da fase de instrução probatória;
- E) não amparado por *habeas corpus* e/ou *habeas data*.
59. Decorre do regramento constitucional acerca da nacionalidade que:
- A) o brasileiro não será extraditado;
- B) lei complementar, editada após provocação do Conselho da República, disporá sobre eventuais diferenças de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados, sempre fundada no atendimento dos objetivos estratégicos da República;
- C) a CRFB/88 veda que brasileiro nato seja também nacional de outro País;
- D) a CRFB/88 outorga aos nacionais dos países integrantes do MERCOSUL os mesmos direitos do brasileiro nato;
- E) na ortodoxia da CRFB/88, nacionalidade e cidadania não são sinônimos.
60. Direitos sociais se relacionam com a inserção das pessoas na vida social, buscando a satisfação de necessidades básicas e reservando especial preocupação com as camadas mais carentes, em sentido amplo, da população. Acerca dos direitos sociais, é correto afirmar que:
- A) aos servidores públicos também se estendem os direitos decorrentes de acordos coletivos das categorias a que pertencem, como, por exemplo, médicos e professores;
- B) em vista da garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos, será inconstitucional o acordo coletivo que importe em sua redução;
- C) não ofende o princípio da igualdade a circunstância de os trabalhadores domésticos possuírem um rol específico de direitos sociais;
- D) o trabalho do menor de dezoito anos só é possível na condição de aprendiz;
- E) a filiação sindical é obrigatória.
61. Sobre o princípio da motivação adequada, é correto afirmar que:
- A) a motivação dos atos administrativos é exigência constitucional, que decorre da cláusula do Estado de Direito;
- B) a motivação é dispensável nos atos vinculados;
- C) a motivação é obrigatória apenas nos atos discricionários;
- D) a motivação deve ser clara, explícita e congruente, não podendo consistir em parecer previamente proferido;
- E) o vício de motivação não importa nulidade do ato administrativo.
62. O poder de anular atos administrativos:
- A) não pode ser exercido pelo Poder Judiciário;
- B) decai em cinco anos, salvo comprovada má-fé;
- C) só pode ser exercido pelo Poder Executivo;
- D) tem caráter discricionário;
- E) envolve aspectos de conveniência e oportunidade.

63. Em relação aos vícios do ato administrativo, é correto afirmar que:
- A) o excesso de poder é caracterizado pela prática do ato em desacordo com a finalidade colimada pelo legislador;
 - B) o vício de motivo é caracterizado pela incongruência entre o conteúdo do ato e a norma jurídica aplicável;
 - C) a forma do ato administrativo é livre, salvo onde a lei exija formalidade essencial à sua validade;
 - D) o vício de objeto decorre de um defeito nos pressupostos de fato do ato administrativo;
 - E) o desvio de finalidade é sempre sanável por meio de ratificação.
64. As limitações administrativas:
- A) têm caráter individualizado sobre determinado imóvel;
 - B) conferem sempre direito à indenização;
 - C) só podem ser instituídas por sentença;
 - D) configuram desapropriação indireta;
 - E) têm efeito geral e, em regra, não geram direito à indenização.
65. O poder de polícia:
- A) envolve atos de natureza estritamente política;
 - B) pode ser exercido por particulares, mesmo quanto a atos de império;
 - C) não restringe a liberdade ou a propriedade;
 - D) envolve atos de fiscalização e aplicação de sanções;
 - E) não se sujeita a controle judicial.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PROCESSUAL PENAL

66. Há situações em que não se pode realizar a citação, salvo para evitar o perecimento do direito. A alternativa abaixo que NÃO se enquadra nessa regra, por não incidir nenhuma restrição específica, é:
- A) a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso;
 - B) ao réu demente ou impossibilitado de recebê-la;
 - C) aos noivos, nos 3 (três) primeiros dias de bodas;
 - D) aos doentes, enquanto grave o seu estado;
 - E) à mulher em gozo de licença maternidade.
67. Podem ser considerados pressupostos processuais:
- A) órgão investido de jurisdição voluntária, citação válida e capacidade processual;
 - B) legitimidade para agir, capacidade postulatória e ônus probatório;
 - C) capacidade de ser parte, demanda e órgão investido de jurisdição;
 - D) interesse processual, juízo competente e partes;
 - E) órgão investido de jurisdição, questões prejudiciais e agravos.
68. Acerca das garantias processuais constitucionais, é correto afirmar que:
- A) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar, salvo por determinação judicial;
 - B) é inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem judicial para fins de prova em processo ou procedimento;
 - C) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direitos, salvo os disponíveis;
 - D) não haverá juízo ou tribunal de exceção, salvo se criados por lei complementar;
 - E) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao meio ambiente, ficando o autor isento de custas judiciais, salvo comprovada má-fé.
69. Sobre as teorias da ação, é correto afirmar que:
- A) a teoria civilista ou imanentista desvincula o direito material do direito de ação, que é autônomo;
 - B) a teoria concreta considera o direito de ação autônomo e independente do direito material;
 - C) a teoria abstrata reputa o direito de ação como amplo e genérico, e sua existência é condicionada pelo direito material, do qual independe;
 - D) a teoria eclética trabalha com a categoria de condições para o regular exercício da ação, estranhas ao mérito da causa;
 - E) a teoria da asserção busca demonstrar que as questões preliminares se confundem com as de mérito.

70. É correto afirmar sobre a competência que:
- A) é determinada no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as posteriores modificações de fato e de direito, ainda que suprimam o órgão judiciário;
 - B) na ação em que o incapaz for réu, a ação se processará no foro do domicílio do autor;
 - C) a prevenção do juízo é o critério para fixação de competência absoluta;
 - D) a nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo Juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu;
 - E) a incompetência absoluta não pode ser declarada de ofício.
71. Sobre o tempo da prática dos atos processuais, é correto afirmar que:
- A) os atos são realizados nos dias úteis, incluindo sábados, até o meio-dia, e feriados locais;
 - B) os atos não podem ser concluídos após as vinte horas;
 - C) os atos não se suspendem durante as férias, se assim determinar a lei local;
 - D) o sequestro e o depósito podem ser realizados em feriados nacionais;
 - E) os atos de jurisdição voluntária se suspendem durante as férias.
72. São características/princípios da jurisdição:
- A) investidura, inevitabilidade e delegabilidade;
 - B) interesse de agir, inafastabilidade e autotutela;
 - C) substitutividade, hermetismo e definitividade;
 - D) inércia, inevitabilidade e taxatividade;
 - E) inafastabilidade, investidura e inevitabilidade.
73. São órgãos do Poder Judiciário, EXCETO:
- A) o Conselho Nacional de Justiça;
 - B) os Tribunais e Juízes Arbitrais;
 - C) os Tribunais e Juízes dos Estados;
 - D) os Tribunais e Juízes Eleitorais;
 - E) os Tribunais e Juízes Militares.
74. Em determinado processo por crime doloso contra a vida, em curso na Comarca de Teresópolis, após a preclusão da pronúncia, foi identificado fundado receio de que o Corpo de Jurados estivesse comprometido, em razão da grande influência política do réu, que extrapolaria os limites da municipalidade. Tal fato ensejou pedido do Ministério Público de desaforamento. Seguido o procedimento legal, o Tribunal de Justiça acolheu a pretensão, determinando a remessa do processo diretamente para o Tribunal do Júri da Capital. Quanto à hipótese apresentada, e considerando os conceitos doutrinário e jurisprudencial sobre o desaforamento, é correto afirmar que:
- A) ao reconhecer que a influência política do réu ultrapassaria os limites da municipalidade em que instaurado o processo, o Tribunal se desincumbe do ônus de apontar os motivos da rejeição das comarcas circunvizinhas;
 - B) não é imprescindível a certeza da parcialidade dos jurados para decretar-se o desaforamento, bastando o fundado receio de que ela reste comprometida;
 - C) o desaforamento deveria partir de representação do Juiz, exceto na hipótese do art. 428, *caput*, do CPP;
 - D) a fundamentação conjuntural é suficiente para reconhecer a dúvida sobre a parcialidade dos jurados e determinar o desaforamento;
 - E) o desaforamento é uma causa modificativa da competência do Tribunal do Júri, fundado em juízo de certeza quanto à causa pelo Tribunal.
75. Em determinado caso penal em curso na Comarca de Sumidouro, a defesa do réu IAGO ofereceu impugnação por entender que o Magistrado daquele Juízo estaria impedido para receber a denúncia ofertada pelo Ministério Público, pois atuara na fase da investigação penal, deferindo medidas cautelares (de busca e apreensão e prisão preventiva) postuladas pelo órgão de acusação. Quanto à situação jurídica indicada, à luz das disposições legais em vigor, é correto afirmar que a participação do Juiz na fase pré-processual:
- A) causa seu impedimento para atuar na fase judicial, sob pena de ofensa aos princípios da impessoalidade dos atos de Administração da Justiça e da imparcialidade do Magistrado;
 - B) causa seu impedimento para atuar na fase judicial, pois, nos termos do art. 252 do CPP, é inadmissível a participação do Juiz em processo no qual se manifestou anteriormente;
 - C) causa seu impedimento para atuar na fase judicial, pois há incongruência normativa do art. 75 do CPP com os princípios constitucionais, por violação aos princípios do devido processo legal e da imparcialidade do Magistrado;
 - D) não causa seu impedimento para atuar na fase judicial, pois no sistema do juiz de garantias, a instrução probatória será realizada por magistrado distinto daquele que atuou na fase pré-processual;
 - E) não causa seu impedimento para atuar na fase judicial, pois não exterioriza nenhum juízo de valor sobre os fatos ou as questões de direito, atuando para assegurar a observância dos direitos e liberdades fundamentais.

76. Os atos de comunicação processual são elementos essenciais para o correto funcionamento dos demais institutos que consubstanciam o processo penal. No entanto, o Código de Processo Penal (CPP) utiliza, sem precisão técnica, as palavras citação, intimação e notificação, causando confusões e irregularidades. Assim, dentro do norte traçado pelo CPP e adotando a correta terminologia, é correto afirmar quanto ao tema “comunicação dos atos processuais”:
- A) é possível a intimação diretamente na petição do Promotor de Justiça, se, ao despachar com o Juiz, obtiver desde logo a decisão, tornando-se desnecessária a intimação formal;
 - B) a ausência de citação regular para os atos do processo caracteriza vício sanável no caso de trânsito em julgado da decisão condenatória, por força da preclusão;
 - C) é admissível a intimação por despacho na petição em que for requerida, com ulterior regularização do ato por publicação na imprensa oficial;
 - D) verificando que o réu se oculta para não ser cientificado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à intimação com hora certa, na forma do Código Processual Civil (CPC);
 - E) observado o disposto no Capítulo do CPP referente às citações, é possível a intimação de testemunhas, pela forma pessoal ou por edital, como ocorre no procedimento dos crimes dolosos contra a vida.
77. Nos autos do HC 202.200/RJ, relatado pelo Min. Og Fernandes, do STJ, foi determinada a prisão domiciliar do acusado, por motivo de doença grave, decisão esta amparada na nova Lei nº 12.403/2011. A reforma do Código de Processo Penal estabeleceu condições alternativas para que o Juiz possa substituir a prisão preventiva pela domiciliar. Uma condição válida para a referida substituição ocorre quando o agente:
- A) for gestante, a partir do sétimo mês de gravidez;
 - B) for imprescindível aos cuidados de pessoa maior de oitenta anos;
 - C) for imprescindível aos cuidados de pessoa maior de sessenta anos;
 - D) for imprescindível aos cuidados de gestante que ostente gravidez de alto risco;
 - E) tiver filho menor de seis anos de idade.
78. No dia 30 de março de 2011, a Autoridade Policial da 15ª DP (Gávea) recebeu expediente encaminhado pelo VI Juizado Especial Cível da Capital (Gávea), referente à ação de cobrança desenvolvida naquele Juízo, em que, na sentença proferida na semana anterior, foi constatado que o réu, suposto devedor cível, apesar de fisicamente identificado, valia-se de documentos falsos. A falsificação consistia na inserção de fotografias próprias em documento de identificação civil (“RG”) e em carteira nacional de identificação autênticos, pertencentes a pessoa já falecida. Feito breve levantamento, descobriu-se que a mesma pessoa utilizara seus documentos para conseguir empréstimos em entidades particulares de crédito, figurando como réu em mais oito processos naquele mesmo Juizado Especial. A Autoridade Policial, então, determinou sua oitiva, sendo encontrado no endereço fornecido nos processos cíveis. Na Delegacia de Polícia, recusou-se a prestar declarações, invocando seu direito ao silêncio, sendo obrigado a fornecer seus padrões datiloscópicos e posar para fotografias, oportunidade em que foi liberado. A posterior consulta aos seus dados datiloscópicos não retornou qualquer resultado. Procurada novamente em seu endereço, a pessoa não mais foi localizada. Ao final do prazo de trinta dias, a Autoridade Policial relatou parcialmente os autos, encaminhando o procedimento ao Ministério Público, com solicitação de renovação do prazo para o prosseguimento das investigações. Ao receber o inquérito, o Promotor de Justiça com atribuição ofereceu denúncia, por entender configurado o crime de estelionato e uso de documentos falsos, em continuidade delitiva. O Juiz Criminal, ao receber o procedimento denunciado, entendendo haver prova suficiente dos crimes imputados, deverá:
- A) receber a denúncia e determinar a citação do imputado para responder à acusação por escrito, pois a impossibilidade de identificação do acusado com seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, quando certa a identidade física, sendo possível a posterior retificação, por termo, nos autos;
 - B) rejeitar a denúncia, pois a impossibilidade de identificação do acusado com seu verdadeiro nome ou outros qualificativos constitui barreira impeditiva ao prosseguimento da ação penal;
 - C) receber a denúncia e determinar a citação do imputado para responder à acusação por escrito, pois a impossibilidade de identificação do acusado com seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, pois, até a prolação da sentença, se for descoberta a sua qualificação, será possível a retificação, por termo, nos autos;
 - D) não receber a denúncia, pois a impossibilidade de identificação do acusado com seu verdadeiro nome ou outros qualificativos constitui barreira impeditiva ao prosseguimento da ação penal;
 - E) deixar de receber a denúncia, aplicando analogicamente o art. 28 do CPP, remetendo os autos ao Procurador-Geral de Justiça, pois a impossibilidade de identificação do acusado com seu verdadeiro nome ou outros qualificativos constitui falha da imputação.

79. “Informar, advertir ou comunicar sobre a acusação é um pressuposto essencial para o exercício do direito de defesa, tanto que, cumprindo a função informativa, permite-se que o imputado escolha o tipo de comportamento que irá adotar. Sua função não é influir sobre a conduta deste sujeito, mas informá-lo sobre sua situação jurídica e as possibilidades sobre as quais pode orientar sua defesa. O dever de informar (ou a garantia da comunicação da acusação ou o direito à informação) se faz mais imperativo nos países onde existe uma forte cultura inquisitiva e onde as personagens da Justiça penal têm uma idéia errada do seu alcance. A comunicação adequada da acusação deve constituir um dever das instâncias persecutórias e judicial, como instrumento de viabilização do devido processo penal, da efetividade do processo e dos imperativos constitucionais em todas as fases da persecução penal” (ALONSO GOMES, Décio. Comunicação prévia da acusação, *in: Revista do Ministério Público*. Rio de Janeiro: MPRJ, nº 37, jul./set. 2010, p. 42-43). No tocante à elaboração e oferecimento da denúncia, é correto afirmar que:
- A) em crimes multitudinários, não há inépcia da inicial acusatória pela ausência de indicação individualizada da conduta de cada indiciado, sendo suficiente que os acusados sejam objetivamente responsáveis;
 - B) eventuais omissões da denúncia ou da queixa-crime poderão ser supridas a qualquer tempo, desde que antes da execução da sentença final;
 - C) é inválido o oferecimento de denúncia lastreada em notícia-crime extraída de inquérito civil público, independentemente de investigação penal específica;
 - D) as normas de separação facultativa dos processos permitem que sejam tratados separadamente os fatos correspondentes às possíveis figuras típicas delituosas;
 - E) o recebimento da denúncia é ato que está pautado em juízo de cognição plena, voltado à admissibilidade da ação penal, sendo certo que o truncamento antecipado do processo constitui medida excepcional.
80. OTELO e CÁSSIO foram denunciados no Juízo da Comarca de Rio das Flores pela prática, em concurso com outras pessoas ainda não identificadas, dos crimes de latrocínio, ocultação de cadáver, formação de quadrilha e adulteração de chassi, em decorrência de terem matado duas pessoas, durante a subtração de veículo para ulterior desmanche em uma oficina situada na cidade de Valença, no mesmo Estado. No curso da investigação, ficou comprovado que o crime de latrocínio foi perpetrado em Valença, não obstante a subtração tivesse ocorrido na Comarca de Rio das Flores. Prolatada a sentença condenatória, a defesa técnica dos imputados impugnou, pelo veículo próprio, alegando, preliminarmente, a questão da incompetência territorial para o processo e julgamento do caso. À luz das regras sobre competência no Código de Processo Penal, é correto afirmar que a matéria sobre a competência territorial:
- A) não precluiu, sendo viável seu debate em grau recursal, pois, nos crimes qualificados pelo resultado, fixa-se a competência no local onde ocorreu o evento qualificador e, no que tange à formação de quadrilha, crime de natureza permanente, a competência é firmada pela prevenção, não devendo, assim, ser acolhida a tese defensiva;
 - B) precluiu, não sendo viável seu debate em grau recursal, pois, nos crimes qualificados pelo resultado, fixa-se a competência no local onde foi iniciada a ação delitiva, e, no que tange à formação de quadrilha, crime de natureza permanente, a competência é firmada pela prevenção, não devendo, assim, ser acolhida a tese defensiva;
 - C) não precluiu, sendo viável seu debate em grau recursal, pois, nos crimes qualificados pelo resultado, fixa-se a competência no local onde ocorreu o evento qualificador e, no que tange à formação de quadrilha, crime de natureza permanente, a competência é firmada pela prevenção, devendo, assim, ser acolhida a tese defensiva;
 - D) precluiu, não sendo viável seu debate em grau recursal, pois, nos crimes qualificados pelo resultado, fixa-se a competência no local onde ocorreu o evento qualificador e, no que tange à formação de quadrilha, crime de natureza permanente, a competência é firmada pela prevenção, não devendo, assim, ser acolhida a tese defensiva;
 - E) não precluiu, sendo viável seu debate em grau recursal, pois, nos crimes qualificados pelo resultado, fixa-se a competência no local onde foi iniciada a ação delitiva, e, no que tange à formação de quadrilha, crime de natureza permanente, a competência é firmada pela prevenção, devendo, assim, ser acolhida a tese defensiva.

--	--

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Nível Médio - Técnico - Área Notificações e Atos Intimatórios

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

ATENÇÃO - Transcreva a frase a seguir para a área definida no seu Cartão de Respostas:

O direito de propriedade é garantido a todos.

1. Você está recebendo do Fiscal de Sala o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas.
2. Confira o Caderno de Questões. Verifique se estão impressas as 80 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 (cinco) opções (A, B, C, D, E). Verifique ainda se a numeração das questões de múltipla-escolha estão distribuídas de acordo com o Edital:

01 a 35 - Língua Portuguesa, 36 a 40 - Noções de Informática; 41 a 80 - Conhecimentos Específicos.
3. Verifique em seguida seus dados no Cartão de Respostas: nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento. Confira também a letra correspondente ao gabarito do Caderno de Questões (impresso no canto inferior à direita), com a letra do Cartão de Respostas. Qualquer irregularidade comunique de imediato ao Fiscal de Sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
4. A prova terá duração de 4 (quatro) horas improrrogáveis, incluindo o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas. Será eliminado o candidato que não devolver o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas dentro desse prazo.
5. Após identificado e instalado na sala, você **não** poderá consultar qualquer material, comunicar-se com outros candidatos ou qualquer pessoa estranha ao concurso. **Não** poderá utilizar equipamentos eletrônicos, especialmente os de recepção e ou transmissão de voz ou de dados, os quais deverão ser entregues à equipe de fiscalização para serem devolvidos após o término da prova.
6. Leia atentamente cada questão e assinale no Cartão de Respostas a alternativa que responde corretamente a cada uma delas. Este será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do Cartão de Respostas e sua respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.
7. Observe as seguintes recomendações relativas ao Cartão de Respostas:
A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica indelével de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada. Não será permitido o uso de líquido corretor ou de caneta fluorescente.
Qualquer outras forma de marcação, diferente da que foi determinada acima, implicará na rejeição do Cartão de Respostas.
Será atribuída nota zero às questões:
 - não assinaladas, com falta de nitidez, com mais de uma alternativa assinalada;
 - emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
8. O Fiscal de Sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida ou reclamação solicite a presença do Coordenador de Local.
9. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização das provas após 60 (sessenta) minutos contados do seu efetivo início.
10. Por motivo de segurança durante a prova só é permitido fazer anotações no Caderno de Questões.
11. O candidato somente poderá copiar seus assinalamentos feitos no Cartão de Respostas na área reservada para este fim, disponível na última página do Caderno de Questões. Somente esta parte poderá ser levada pelo candidato.
12. Será eliminado do concurso o candidato que desrespeitar a equipe de fiscalização ou qualquer das normas estabelecidas pelo concurso.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine a prova.
14. Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal de Sala o Cartão de Respostas e o Caderno de Questões. Não é permitido ao candidato, em hipótese alguma, levar o Caderno de Questões.

ESPAÇO PARA MARCAÇÃO DAS SUAS RESPOSTAS

1		11		21		31		41		51		61		71	
2		12		22		32		42		52		62		72	
3		13		23		33		43		53		63		73	
4		14		24		34		44		54		64		74	
5		15		25		35		45		55		65		75	
6		16		26		36		46		56		66		76	
7		17		27		37		47		57		67		77	
8		18		28		38		48		58		68		78	
9		19		29		39		49		59		69		79	
10		20		30		40		50		60		70		80	